

# ORAÇÕES INFINITIVAS NO PORTUGUÊS DO BRASIL

Sabe-se que o português do Brasil apresenta inúmeros aspectos que o distinguem de outras variedades do português, em particular da europeia. Também notório é o fato de que alguns desses aspectos estabelecem diferenças em relação ao grupo românico como um todo. Tais fenômenos têm sido investigados em inúmeros estudos dedicados à caracterização da modalidade brasileira do português (cf. Tarallo, 1989; Roberts & Kato, 1993; e referências ali citadas).

Considere-se por exemplo a construção exemplificada em (1a), que ocorre em diversas variedades da língua em substituição à construção exemplificada em (1b), associada à variedade dita *padrão*:

- (1) a. Comprei um livro para *mim/ti* ler  
b. Comprei um livro para *eu/tu* ler/leres

O contraste em (1) sugere uma abordagem comparativa com o português europeu, em que (1b), mas não (1a), é encontrada, sendo referida como construção de infinitivo flexionado (cf. Raposo (1987), Madeira (1995) e referências ali citadas). Também, uma abordagem comparativa com outras línguas românicas, em que (1a) e (1b) não ocorrem. Além disso, uma correlação com a construção do inglês, exemplificada em (2) e (3)<sup>1</sup>:

- (2) I bought a book for *me/you* to read  
(3) I want (for) you to read a book

A ocorrência de (1a-b) no português do Brasil suscita várias perguntas:

- (i) Por que (1a) só ocorre no português do Brasil, não sendo encontrada no português europeu, nem em outras línguas românicas?  
(ii) Por que (1b) não ocorre em outras línguas românicas?  
(iii) Existe uma correlação entre a construção em (1a) do português do Brasil e (2a) do inglês? Pode-se dizer que se trata de construções idênticas?

## 1 Análises prévias

Considere-se primeiramente (ii) – em seguida, discutiremos (i) e (iii). Aqui, a questão central é que a língua portuguesa, mas não as demais línguas românicas, possui o chamado infinitivo flexionado, o que permite o licenciamento do sujeito nominativo na construção encaixada. Ou seja, a variação é explicada em termos de uma propriedade morfológica da língua.

Várias análises discutem o processo de licenciamento da construção com infinitivo flexionado (cf. Raposo (op. cit.), Madeira (op. cit.), e referências ali citadas). Considerando que o interesse do presente estudo se concentra em (1a), e nas implicações de seu surgimento expressas em (i), (iii), tomarei como ponto de partida a análise de Botelho Pereira & Roncarati (1993) (doravante P&R, 1993) sobre o licenciamento da construção em (1a) em oposição a (1b). Nesse estudo, propõe-se que a diferença crucial entre essas construções é que (1a) é

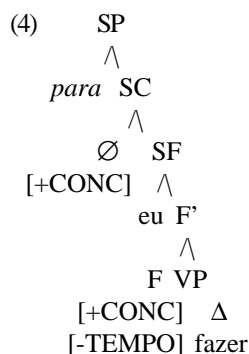
<sup>1</sup> A construção em (2a) tem sido discutida na literatura, ao lado da construção em (i), referida como construção de marcação excepcional de Caso (MEC) (cf. Chomsky (1981), (1986), (1995); Kayne (1984), (1995); Branigan (1992), entre outros):

- (i) He believes *me/you* to be a genius  
Ele crê *mim/ti* ser um gênio  
Ele *me/te* crê/considera um gênio

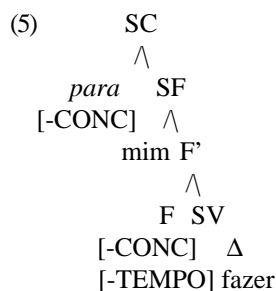
Chomsky ((1993), (1995)) propõe que em (i) o sujeito da oração encaixada é licenciado na oração matriz por meio de movimento na sintaxe fechada (dos traços) do sujeito para a posição de especificador de uma projeção funcional cujo núcleo é definido por traços de concordância (os chamados traços *phi* de pessoa, gênero e número), os quais são associados às propriedades licenciadoras do objeto da oração matriz (esse núcleo é referido como concordância de O (objeto), o núcleo funcional Agr (element) O). Tal idéia baseia-se no fato de que existem evidências de que, nas construções MEC, o sujeito da oração encaixada infinitiva ocupa uma posição mais alta do que o sujeito da oração encaixada finita (cf. Branigan (1992)). Quanto ao processo licenciador da construção (2a), entende-se que o sujeito recebe caso de P (excepcionalmente), na oração encaixada.

um caso de marcação excepcional de Caso (MEC), dada a reanálise de *para* como um complementador (ou na posição de complementador). Quanto a (1b), entende-se que *para* não sofre reanálise: ‘a oração infinitiva está contida em um sintagma preposicional encabeçado pela preposição *para*’ (p. 20).

Seguindo análise de Lobato (1988) e Rocha (1989) (citadas em P&R, 1993), P&R (1993) assumem que a atribuição do caso nominativo ao sujeito do infinitivo é determinada pela presença de CONC no núcleo FLEX que por sua vez concorda com o núcleo C, já que este elemento também apresenta traços de concordância – isto é, ‘o complementizador subcategoriza que o núcleo de FLEX seja [+CONC] ou [-CONC]. É a presença de [+CONC] no núcleo de FLEX que determina a atribuição de caso nominativo ao sujeito’ (p.20). Essa derivação está ilustrada em (4):



Conforme ressaltam P&R (1993), a análise acima não se aplica a (1a), visto que o núcleo FLEX nessas construções é marcado como [-CONC]. Além disso, o sujeito lexical não é marcado com o caso nominativo na construção em (1a), mas com o caso oblíquo – o que é previsto na análise. A proposta de P&R é que a preposição *para* é reanalisada na posição de COMP mantendo, porém, suas propriedades lexicais, notadamente a de atribuidor de caso oblíquo, do que decorre que o sujeito lexical na oração encaixada seja licenciado com o caso oblíquo (cf. *mim* em (1a)) – nesse aspecto, distingue-se dos complementadores *que*, *se* e  $\emptyset$ , que não atribuem Caso.



Nesse sentido, a sequência *para SN* não é um constituinte, na construção em (1a), ao contrário de contextos sintáticos em que a sequência *para SN*

ocorre como um argumento dativo ou benefactivo (cf. (6a)). Partindo da construção em (6a), em que ocorre um SP benefactivo (*para um criente*) em oposição à sequência *para SN*, P&R mostram que o segundo elemento é imune a processos sintáticos que afetam constituintes, como a topicalização ou a clivagem, conforme ilustrado em (6b) e (6c)<sup>2</sup>:

- (6) a. Eu já cheguei a dar entrada para um criente para mim ganhá o percentual sobre aquela entrada que eu dei.
- b. \*para mim, eu já cheguei a dar entrada para um criente, \_\_\_ ganhá o percentual sobre aquela entrada que eu dei
- c. \*foi para mim que eu já cheguei a dar entrada para um criente, \_\_\_ ganhá o percentual sobre aquela entrada que eu dei

Como suporte para essa análise, B&R mostram que *para* ‘aparece em posições que costumam ser preenchidas por outros complementadores no dialeto padrão’ (p. 23). É o caso de (7) e (8), respectivamente:

- (7) a. Para você ir a um lugar e não ficar tranquilo não adianta
- b. E para ir para ficar chorando não dá também, né?
- (8) a. Você ir a um lugar e não ficar tranquilo não adianta
- b. E ir para ficar chorando não dá também, né?

Propõem que a presença de *para* em (7) ‘parece ser justificada pela necessidade de implementação de um elemento lexical no núcleo de COMP, atribuindo um caso estrutural oblíquo ao sujeito, dada a ausência de [+CONC] em FLEX’ (p.24) – nesse caso, entende-se que (8) envolve um complementador nulo (cf. (4)).

Outras construções envolvem verbos transitivos como *esperar*, *lembrar*, *esforçar*: numa variedade, *para* licencia o sujeito oblíquo, enquanto na outra, isto é, na variedade padrão, ocorre (i) o complementador nulo, introduzindo uma oração infinitiva ou (ii) o complementador *que*, introduzindo uma oração finita, conforme ilustrado em (9) e (10), respectivamente:

- (9) a. quando minha mãe estava *esperando* pra mim nascer
- b. não me *lembrei* pra mim pedir meu filho pra te mostrar (...)

<sup>2</sup> Os dados de Botelho Pereira & Roncarati (1993) foram extraídos de sete entrevistas de três mobaralenses da pesquisa ‘Competências Básicas do Português’ (Lemle & Naro (1977)) e três falantes da Amostra Censo (UFRJ 1980).

- (10) c. me *esforço* pra mim tirá meu diploma  
 a. quando minha mãe estava esperando eu nascer  
 a'. quando minha mãe estave esperando *que* eu nascesse  
 b. não me lembrei de pedir a meu filho *que* lhe mostrasse (...)  
 c. me *esforço* para tirar meu diploma

## 2 O problema da variação

Assumindo que a análise de P&R (1993) está essencialmente correta, uma questão que se coloca é por que o processo de reanálise de *para* na posição de COMP ocorre nessa variedade do português, e não em outras. Em outras palavras, cabe perguntar o que determina a reanálise da preposição na posição de COMP.

Conforme amplamente registrado na literatura, sabe-se que algumas variedades do português falado no Brasil apresentam um processo de empobrecimento do paradigma flexional dos verbos, que atinge também a flexão do infinitivo. Esse fenômeno pode, portanto, ser invocado para explicar a ocorrência da construção em (1a): na ausência do infinitivo flexionado, a preposição *para* é reanalisada na posição de COMP, com as consequências apontadas acima.

Entretanto, ainda assim é preciso explicar o que bloqueia a ocorrência de infinitivo não flexionado na posição relevante em outras variedades do português, notadamente a europeia, já que é uma forma disponível na língua. Essa observação se aplica às demais línguas românicas, que não dispõem da forma flexionada do infinitivo, mas possuem a forma não flexionada, como se sabe. Conforme apontado por Roberts (p.c.), pode-se aqui argumentar que o surgimento de (1a) decorre da existência de construção com sujeito lexical na oração infinitiva (a saber, a construção com o infinitivo flexionado (cf. (1b)) – ou seja, a construção com infinitivo flexionado forneceria a base para o desenvolvimento da construção ‘para mim VP’, em português.

Nesse caso, é impossível atribuir uma correlação entre (1a) do português e (2-3) do inglês: dada a ausência de infinitivo flexionado em qualquer período do desenvolvimento da língua inglesa, não se pode postular um desenvolvimento semelhante para essas construções nas duas línguas. A hipótese que gostaria de explorar é que as construções (1a) e (2-3) do português e do inglês apresentam desenvolvimento semelhante, seu surgimento sendo, portanto, independente da existência da construção com o infinitivo flexionado. Assim, a idéia é que o problema não se reduz à perda da flexão.

Considerem-se novamente os casos em (9) e (10). Conforme ressaltado por P&R (1993), na variedade dita *padrão*, além da projeção da construção com o infinitivo flexionado, existe a possibilidade de construir a oração com o complementador *que* introduzindo uma oração finita, e nesse caso, o verbo ocorre no subjuntivo. Nesse sentido, assume-se que

as duas últimas possibilidades não estão disponíveis para a variedade não-padrão.

O que eu gostaria de sugerir é que existe uma correlação entre a reanálise de *para* na posição de complementador e a ocorrência da construção com o complementador *que* introduzindo uma oração finita com o verbo no subjuntivo. Em particular, minha sugestão é que a reanálise de *para* na posição de complementador está associada ao fato de que, em algumas variedades do português, o uso da forma verbal no subjuntivo encontra-se em variação com a forma verbal no indicativo, caracterizando uma situação de perda da marcação morfológica da modalidade por meio da flexão do verbo no subjuntivo.

De fato, conforme apontado na literatura, em algumas variedades do português do Brasil, usam-se as formas do indicativo pelas do subjuntivo, sendo o subjuntivo restrito a algumas expressões cristalizadas (*Deus lhe pague*) e a construções com as conjunções *se* e *quando* que por sua vez não se substituem pelas construções em estudo (cf. Pereira (1974); Rocha (1997), e referências ali citadas).

Conforme ressaltado em Pereira (1974: 39), ‘há variantes do português nas quais a flexão modal do verbo não entra como uma categoria ativa do sistema dos falantes, que fazem uso exclusivamente do indicativo’, conforme ilustrado em (11a), em oposição à construção com a forma verbal no subjuntivo, ilustrada em (11b):

- (11) a. Você quer que eu saio?  
 b. Você quer que eu saia?

Para Pereira (1974), o uso do indicativo em contextos que seriam compatíveis com o subjuntivo se justifica pelo fato de que o predicado da matriz seleciona a modalidade do seu complemento, propiciando o uso do indicativo nos contextos de subjuntivo.

Entretanto, merece destaque o caso dos predicados ditos *indiferentes*, que se caracterizam pelo fato de que a modalidade deve ser distinguida na oração encaixada, pois não há outro elemento na oração matriz que determine um ou outro modo verbal (isto é, o uso de um ou de outro modo verbal na encaixada é em si a única diferenciação). São verbos que apresentam suposições, opiniões, recordações (ex. *reputar/achar/supor; dizer/afirmar/observar/insinuar* (performativos); *lembrar/recordar*). Assim, comparem-se:

- (12) a. João disse que eu saísse.  
 b. João disse que eu saí.

Nessas construções, a oposição entre o subjuntivo e o indicativo estabelece que o valor de verdade de (12a) seja interpretado como *indefinido* e de (12b) como *verdadeiro*.

Cabe então perguntar o que ocorre nas variedades do português mencionadas acima, em que o subjuntivo é sistematicamente substituído pelo indicativo – isto é, o que ocorre ocorre nas variedades do português em que a marcação morfológica

do subjuntivo não é esperada nesse contexto (sendo restrita aos casos mencionados acima)?

O que eu gostaria de sugerir é que a marcação da interpretação *indefinida* do valor de verdade é obtida por meio da construção ‘disse para NP VP’. A idéia é que a construção *Disse para mim sair* (em lugar de *Disse que eu saísse*) ocorre em oposição a *Disse que eu + indicativo (=saí/sairei/sairia/tinha saído)* como forma de distinguir a interpretação de valor de verdade *indefinido* e *verdadeiro*, respectivamente, o que constitui um traço das variedades do português mencionadas acima que usam as formas do indicativo pelas do subjuntivo.

Essa restrição de interpretação explica por que somente *para* é reanalisada como complementador. Nenhuma outra preposição pode ser utilizada nesse contexto, e esse é o contexto por excelência da reanálise de *para*. Uma vez reanalisada na posição de COMP, a preposição *para* recebe o traço de [+irreal], uma propriedade morfológica da língua. Essa possibilidade estende-se então a outros predicados, do que decorre a emergência das construções ilustradas em (1a), (6a), (7) e (9).

Cabe então perguntar por que (1a) só ocorre no português do Brasil, não sendo encontrada no por-

tuguês europeu, nem em outras línguas românicas? Vale ressaltar que a construção *Disse para* não é encontrada no português de Portugal., mesmo no caso em que se tem o sujeito nominativo e o infinitivo flexionado, como em *Disse para eu/nós sair/sairmos*, opção atestada em algumas variedades do português do Brasil. Minha sugestão é que o surgimento da construção *Disse para* no português do Brasil está associado a outro fato que caracteriza a variedade brasileira do português em oposição à portuguesa, a saber, a substituição do clítico (dativo) *me; te; lhe* pelo sintagma preposicionado introduzido por *para*, dando origem a *Disse pra mim*.

É interessante notar que o processo que deu origem à reanálise da preposição *para* no português do Brasil pode ser comparado ao que deu origem à construção com a preposição *for* na contraparte inglesa da construção (1a), ilustrada em (2a). Conforme apontado em Jarad (1997), (2a) tem sido analisada como envolvendo a reanálise de *for* como complementador, a partir de uma construção em que a preposição *for* é introduzida para substituir o caso morfológico marcador de dativo benefactivo (cf. Lightfoot, 1991). Nesse contexto, surge a construção em (13), cujo predicado da matriz se caracteriza também por não

- (13) It is pleasant [<sub>benefact.</sub> for the rich] [<sub>subj.</sub> for the poor] to do the hard work  
É agradável para os ricos para os pobres fazer o trabalho árduo  
‘É agradável para os ricos que o pobres façam o trabalho árduo’  
(exemplo de Chomsky (1977), citado em Jarad (1997:172))

selecionar a modalidade da construção encaixada. A preposição *for* é reanalisada na posição de complementador, recebendo o traço [+irreal]:

Assim, pode-se dizer que existe uma correlação entre a emergência da construção (2a) em inglês e um conjunto de mudanças que determinaram a transição do período chamado *inglês médio* para o *inglês moderno*, entre elas a perda dos clíticos, a perda da marcação morfológica de caso e a perda da realização morfológica do subjuntivo (cf. Van Kemenade (1987), Jarad (op. cit.)). Em face disso, é possível reponder à pergunta (iii), formulada acima, afirmando que existe, de fato, uma correlação entre as construções em (1a) do português do Brasil e (2) e (3) do inglês, respectivamente, já que se demonstrou que as condições que determinam o surgimento das mesmas estão associadas a fenômenos semelhantes.

### 3 Conclusão

O presente estudo constitui uma abordagem preliminar das questões examinadas. Seguindo análise de P&R (1993), mostrou-se que as construções em (1a) e (1b) estão associadas a diferentes projeções sintáticas: em (1a), a oração infinitiva ocorre encaixada no sintagma preposicional cujo núcleo é *para*, e em (1b), a oração infinitiva ocorre encaixada numa estrutura em que a preposição *para* é reanalisada na posição de complementador.

Buscou-se então determinar as condições licenciadoras de cada construção. Enquanto a primeira *for* associada à presença de flexão na forma infinitiva, uma propriedade morfológica exclusiva da língua portuguesa em relação ao grupo românico, a segunda foi associada a outros fatos da morfologia do português falado no Brasil, a saber, (i) a (tendência à) perda da marcação morfológica do subjuntivo, no contexto de predicados introduzidos por verbos não-factivos e verbos performativos (notadamente os últimos) e (ii) a substituição do clítico dativo pela construção introduzida pela preposição *para*.

A análise permitiu ainda afirmar que existe uma correlação entre as construções em (1a) do português do Brasil e (2) e (3) do inglês, tendo sido demonstrado que o surgimento das mesmas foi determinado por condições semelhantes no âmbito da diacronia. Esse estudo vem reforçar a hipótese formulada em Roberts (1993, cf. ainda Salles (op. cit.)) segundo a qual existem semelhanças entre o desenvolvimento do inglês moderno e do português do Brasil.

### Bibliografia

Botelho-Pereira, M.A. & C. N. Roncarati (1993) ‘O caso do sujeito em orações infinitivas introduzidas por ‘para’ no português popular do Brasil’. *DELTA* 9 (1), 15 - 30.

- Botelho-Pereira, M.A. (1974) *Aspectos da oposição modal indicativo-subjuntivo no português contemporâneo*. Dissertação de Mestrado. UFRJ.
- Braningan, P. (1992) *Subjects and Complementizers*. Dissertação de Doutorado, MIT
- Chomsky (1981) *Lectures on Government and Binding*. Dordrecht: Foris.
- \_\_\_\_\_. (1993) 'A minimalist program for linguistic theory', em *The view from building 20 - Essays in linguistics in honour of Sylvain Bromberger*, K. Hale and S. J. Keyser, eds. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1-52.
- \_\_\_\_\_. (1995) *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press.
- Jarad, N. (1997) *The origin and development of for-infinitives*. PhD dissertation. University of Wales.
- Kayne, R. (1984) *Connectedness and Binary Branching*. Dordrecht: Foris.
- Madeira, A.M. (1995) *Topics in Portuguese Syntax: the licensing of T and D*. Dissertação de Doutorado, University College London.
- Roberts, I. (1993) 'Posfácio', em Roberts, I. & M. A. Kato (orgs) *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*, Editora da Unicamp: Campinas.
- Roberts, I. & M. A. Kato (orgs) (1993) *Português Brasileiro - uma viagem diacrônica*. Editora da Unicamp: Campinas.
- Rocha, R. C. F. (1997) *A alternância indicativo/subjuntivo nas orações subordinadas substantivas em português*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.
- Salles, H, M-L (1997) *Prepositions and the Syntax of Complementation*. Tese de Doutorado, University of Wales.
- Tarallo, F. (1989) *Fotografias Sociolinguísticas*. Campinas: Pontes / Editora da Universidade de Campinas.